Para a categoria de operário qualificado principal (marteleiro) — prova prática de conhecimentos específicos (PPCE), relativamente às funções a concurso, com a duração de sessenta minutos, constará de preparação do equipamento necessário para a execução de furos em rocha dura e execução de vala em terreno de qualquer natureza.

No compressor deve verificar o estado da máquina antes de a pôr a trabalhar: óleo, torneiras de ar, mangueiras, martelos, guilhos, brocas, lubrificador de linha (coelho), pás, etc.

O trabalho deverá ser executado em observação rigorosa das regras de higiene e segurança no trabalho.

9.1 — Os resultados obtidos na apreciação dos métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtenham uma classificação final inferior a 9,5 valores, cuja classificação final será obtida através das seguintes fórmulas:

9.1.1 — Para a categoria de operário altamente qualificado principal (operador de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras):

$$CF = PECC (5v) + PPCE (15v) = 20 \text{ valores}$$

em que:

CF = classificação final;
PECC = prova escrita de conhecimentos gerais;
PPCE = prova prática de conhecimentos específicos;

9.1.2 — Para a categoria de operário qualificado principal (marteleiro):

$$CF = PPCE = 20 \text{ valores}$$

em que:

CF = classificação final;
PPCE = prova prática de conhecimentos específicos.

9.2 — Os critérios de avaliação e ponderação da prova escrita de conhecimentos gerais e das provas práticas de conhecimentos específicos, bem como o sistema de classificação final, constam das actas da reunião do júri, a que os interessados terão acesso, caso o solicitem, conforme estabelece o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — A data, a hora e o local da aplicação dos métodos de selecção serão oportunamente comunicados aos candidatos pelas formas previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Composição do júri — o júri, constituído nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, tem a seguinte composição:

Para operário altamente qualificado principal (operador de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras):

Presidente — António João Fernandes Colaço, vereador.
Vogais efectivos:

António Manuel Pito Simões, chefe de divisão de Gestão Urbanística e Ambiental, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Ana Luísa Marques Fatana, engenheira técnica alimentar de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

João Luís Costa Silva, encarregado de pessoal operário qualificado.
António José Revés Vaz, encarregado de pessoal operário qualificado.

Para operário qualificado principal (marteleiro):

Presidente — António Manuel Pito Simões, chefe de divisão de Gestão Urbanística e Ambiental.

Vogais efectivos:

Jorge António Fragoso, encarregado de pessoal operário qualificado.

João Luís Costa Silva, encarregado de pessoal operário qualificado.

Vogais suplentes:

António João Fernandes Colaço, vereador, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

António José Revés Vaz, encarregado de pessoal operário qualificado.

11 — Local de afixação das listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final — serão afixadas no edifício dos Paços do Concelho, sendo delas dado conhecimento aos interessados através de ofício registado com aviso de recepção.

12 — Para efeitos de recrutamento, nos termos previstos do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a

BEP, a qual declarou a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial (declarações de inexistência n.ºs 8033 e 8034).

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade de 1 de Março de 2000).

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.

2611051960

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso n.º 19 180/2007

O Doutor Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes, vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e para efeitos de cumprimento do estipulado no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna público que se encontra em fase de discussão pública, pelo prazo de 15 dias contados da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, uma alteração ao projecto do loteamento em nome de Lambelho e Ramos, L.^{da}, sito em Fagundes, na freguesia de Aldeia de Joanes, que a Câmara Municipal do Fundão, contribuinte fiscal n.º 5506215695, pretende levar a efeito.

O projecto de alteração ao uso do lote 65 encontra-se ao dispor de qualquer interessado, para consulta, na secretaria do Departamento de Urbanismo desta autarquia, em todos os dias úteis, entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos e entre as 14 horas e as 17 horas e 30 minutos.

E para que se não alegue desconhecimento se publica este aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo e no átrio dos Paços do Concelho, bem como no *Jornal do Fundão*.

21 de Setembro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes*.

2611051805

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Aviso n.º 19 181/2007

Discussão pública — Alteração ao alvará de loteamento n.º 18/97 Lugar da Venda Nova (lote 30), Rio Tinto

A Dr.^a Daniela Loureiro Himmel, vereadora-adjunta da Câmara Municipal de Gondomar, com competência delegada por despacho do presidente da Câmara, torna público que, nos termos do artigo 27.º e no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 18/97, requerido pelo proprietário do lote 30, sito no lugar da Venda Nova, freguesia de Rio Tinto, a que respeita o processo camarário n.º 491/92, pertencente a CITÂNIA — Consultora Imobiliária, L.^{da}

As alterações consistem no seguinte:

- 1) Transformação de moradia unifamiliar em bifamiliar;
- 2) Introdução de um piso em cave;
- 3) Construção de anexo com 50 m².

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, Divisão de Gestão Urbanística em Rio Tinto, sito na Rua da Boavista, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

10 de Maio de 2007. — A Vereadora-Adjunta, *Daniela Loureiro Himmel*.

2611051734